



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº \_\_\_\_\_, DE 2019**  
(Da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa)

Requer, nos termos constitucionais e regimentais, que seja encaminhado, por meio da Mesa Diretora desta Casa, pedido de informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado da Economia sobre denúncias de abusos na oferta e concessão de empréstimos consignados, principalmente para aposentados e demais beneficiários do INSS.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 115, inciso I, e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que, ouvida a Mesa, seja encaminhado pedido de Informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado da Economia, Sr. Paulo Guedes, no sentido de esclarecer a esta Comissão quanto às denúncias sobre os abusos na oferta e concessão de empréstimos consignados, principalmente para aposentados e demais beneficiários do INSS.

**JUSTIFICAÇÃO**

Segundo denúncia oferecida a esta Comissão pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (em anexo), verifica-se abusos na oferta e concessão de empréstimos consignados, principalmente para aposentados e demais beneficiários do INSS. Além disso, a denúncia aponta aspectos regulatórios que favorecem, em grande medida, a abordagem abusiva dos consumidores.

A Violência Financeira contra as Pessoas Idosas pode ser considerada como qualquer prática que visa à apropriação ilícita do patrimônio de uma pessoa idosa e pode ser realizada por familiares, profissionais e instituições. O Estatuto do Idoso, Lei 10.741/2003, prevê, em seu artigo 102, como crime a conduta de receber ou desviar bens, dinheiro ou benefícios de idosos. Contudo, segundo levantamento da Coordenação-Geral dos Direitos do Idoso, vinculada à Secretaria Especial de Direitos Humanos (SDH), do governo federal, ao longo de 2017, 42,82 % das denúncias de violações contra idosos recebidas pelo Disque 100 tratavam de situações de abuso financeiro e econômico.

Diante da denúncia e dos dados acima referidos, esta Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa manifesta preocupação com esse cenário de assédio aos aposentados,



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA**

com o vazamento criminoso de dados privados dos beneficiários do INSS, com o superendividamento e a consequente degradação da qualidade de vida desses consumidores, sobretudo, dos mais vulneráveis. Ressaltamos a importância das ações regulatórias que esse Ministério vem implementando ao longo dos anos para o enfrentamento da violência financeira contra a pessoa idosa. No entanto, cabe ao Congresso Nacional colaborar com esse desenvolvimento, seja na sua função de legislar, seja na sua função de fiscalizar.

É nesses termos, pois, que solicitamos as informações supra, cientes de que as mesmas subsidiarão discussões que serão realizadas nesta Comissão.

Sala de Reuniões, 8 de abril de 2019.

**Deputada Lídice da Mata**

Presidente